Res et Verba

Á BOA PAZ

O sr. Professor Agostinho de Campos, antigo monárquico e director geral da instrução primária, até ao romper da aurora de 5 de Outubro, com as suas responsabilidades de orientador do espírito público, sobe frequentemente á tribuna de lama do *Diário de Notícias*, orgão oficioso da Maçonaria e de outras coisas *más*, más em espanhol e em português, como dizia o Fradique Mendes. De vez em quando, lembra-se de que o jornal é popular, cabendo-lhe por isso a obrigação de cortejar nele a galeria dos marçanos e das coristas, com piadas ao respectivo alcance.

No seu editorial de 27 do corrente, não sabendo como devia rematar a lição sôbre ortografia, socorre-se dêste cintilante trocadilho que até parece um *refuerzo* ao seu antigo correligionário Martins de Carvalho:

É exactamente o que acontece com os reis. Em Portugal há-de haver para cima de quarenta monárquicos, dos bons. E cada um exige um rei diferente. Total — 40 reis. Por isso a Causa Monarquica não vale um pataco. E a Causa Ortografica vai pelo mesmo caminho.

Afigura-se-nos que a conta de somar está errada, salvo o devido respeito pela aritmética do distinto professor e antigo director geral da instrução primária, grau de ensino onde êstes cálculos se aprendem, ou aprendiam.

Se deve haver *para cima* de quarenta monárquicos e cada um exige um rei diferente, parece-nos que também os reis serão mais de quarenta e assim sempre valerá mais de um pataco a Causa Monárquica.

Mas a conta também está errada quanto ao número dos monárquicos de boa e má qualidade. Os primeiros, com certeza, passam muito de quarenta e até de cincoenta, com perdão da ofensa; os de má qualidade, da categoria do sr. Dr. Agostinho de Campos, nem chegarão a cinco. De sorte que, se a Causa Monárquica tivesse contado só com êles, não valeria agora cinco reis ominosos ou, na equivalência republicana, decerto preferida pelo douto professor, nem alcançaria o peso e o volume de cinco centavos.

Bem fez, por isso, o sr. Dr. Agostinho de Campos em deixar de ser monárquico. Sempre era uma vergonha e uma responsabilidade que teria de suportar nos vai-vens da vida e da sorte.

EM SIGNO DE MAÇONARIA

O advogafo e conselheiro Martins de Carvalho que os bons republicanos da propaganda injustissimamente chamavam *Martins-bandalho*, empenha-se com toda a lógica em defender a legalidade republicana contra o direito nacional da Monarquia, concebendo, promo-

vendo e louvando o esbulho da Casa de Bragança em benefício da República.

Muitas injustiças se cometem neste País!

Afinal êste homem, como republicano na sua mocidade, como ministro monárquico de João Franco na idade adulta, como conselheiro da Corôa na velhice, manteve sempre uma irrepreensível linha de coerência de ideias e de interêsses; pensou, trabalhou, sorriu e foi ganhando a vida com todos os ventos, ao sabor de todas as correntes, navegando com todos os partidos.

Viveu sempre sob o signo da Maçonaria, foi sempre um homem igual a si mesmo, fiel ao seu ideal, produto e expressão do *meio* a que nós e o amigo leitor temos a honra e o desproveito de não pertencer.

De sorte que é uma infeliz lembrança a daqueles que agora, a propósito ou não, andam a ressuscitar o famoso epíteto, assaz depreciativo para um cidadão tão simpático e próspero, recentemente promovido a morgado efectivo da Casa Bragança, a quem até os mais rubros jacobinos das redacções não negam o tratamento macio de conselheiro.

Em visto do quê, nós protestamos contra aquele ignóbil qualificativo, requerendo aos bons republicanos que nem em conservas nem em assembleias gerais de companhias, se permitam aplicar-lho de novo.

Esse direito se alguem o tem, não quere usar dele. O leitor use, se quiser...

FAMILIA REAL PORTUGUESA

PARA contrastar certas insídias faladas ou escritas por alguns monárquicos (?) de quem podemos fazer generoso presente ao diabo, publicou *A Voz*, de 20 do corrente, um elucidativo artigo sôbre a situação jurídica da Familia Real Portuguesa na Austria, o qual temos o dever e o gôsto de transcrever.

Acompanha-o uma reprodução zincográfica do segundo documento mencionado no artigo.

É como segue:

«No volume «*Documentos da aclamação de Él-Rei D. Duarte II*», há meses publicado e á venda em todas as livrarias, pode ver-se a reprodução zincográfica do certificado do diploma pelo qual o Imperador Francisco José concedeu em 1881 ao senhor D. Miguel II e ás Pessoas da sua Familia o direito de ex-territorialidade, o que importava dizer que não eram austriacos esses Principes Portugueses Proscritos.

Esse documento é do teor seguinte:

«Apraz-me reconhecer a Sua Alteza Real, o Duque D. Miguel de Bragança e aos seus filhos menores solteiros, que se conservam na casa paterna, o direito da ex-territorialiadade, com a determinação de que os efeitos deste direito se limitarão ás suas próprias pessoas e á sua isenção da jurisdição dos tribunais do país, em assuntos litigiosos, que legalmente pertençam á jurisdição

ordinária pessoal; e bem assim em todos os assuntos não litigiosos, referentes ás suas pessoas; e por este modo se concede aos mesmos, conforme o pedido feito referente á sua sujeição á jurisdição da minha Intendencia do Marechal-Mór da Côrte, a jurisdição pessoal desta ultima.

Viena, 20 de Março de 1884.

Francisco José

Hoje damos a reprodução de um documento recente, do mês passado, que por falta de tempo não foi ainda legalizado, mas cujo original aqui fica á disposição de quem o quiser examinar.

A tradução é a seguinte:

Secretaria do Governo Provincial da Baixa Austria

2. L. A. 1/8

Viena, 6 de Fevereiro de 1934

Naturalização

CERTIFICADO

Depois de se proceder ás necessárias averiguações, atesta-se por este meio, oficialmente, que nem Sua Alteza Real, o Duque D. Miguel de Bragança (falecido em Seebenstein, a 11 de Outubro de 1927), nem sua esposa, Sua Alteza Real, a Duquesa Teresa de Bragança, nem seu filho, Sua Alteza Real, o Duque Duarte de Bragança, nem ainda suas irmãs, as Princesas Maria Teresa, Isabel, Maria Benedita, Maria Ana, Maria Antonia, Filipa e Maria Adelaide fizeram em tempo algum, quaisquer diligencias no sentido de obter a nacionalidade austriaca.

Governo Provincial
da Baixa Austria
Em comissão
(*Assinatura*)

Sôbre estes documentos, aliás desnecessários para a boa-fé de monarquicos e de portugueses dignos de tal nome, parece-nos demasiado exigir que êstes Principes Portugueses venham legalizar os actos do seu estado civil dentro do País de onde estão proscritos e que só lhes reconhece a existencia para lhes aplicar a pena do fuzilamento, se cá forem encontrados, ou que se submetam á jurisdição do agente consular de um Poder, cujo reconhecimento á face do seu direito dinástico, valeria tanto como a abdicação...

É levar muito longe a ironia... para não empregar o vocábulo proprio.

Se êles não são austriacos, o sentimento público, mesmo o dos republicanos honrados, não lhes pode negar a sua qualidade de portugueses.»

EL-REI DOM DUARTE II

Depois de ter defendido com brilho excepcional a tese final do seu curso de agronomia na Universidade de Toulouse, Sua Majestade El-Rei veio passar uma semana a Cantegrit, residencia do sr. Duque de Cadaval em Bayonne, acompanhado do antigo professor, rev. Tomás Martins, ilustre sacerdote português.

Nos dias 26 e 27 do corrente,

dignou-se El-Rei receber as homenagens dos srs. Conselheiros João de Azevedo Coutinho e Fernando de Sousa e do Dr. Hipólito Raposo com os quais largamente conversou àcerca das pessoas e de factos da vida portuguesa, em relação com o dever presente e futuros destinos da Causa Monárquica.

Mostrou-se El-Rei ao corrente dos problemas essencias da Nação, tanto dos que têm sido objecto de reformas no Continente, como dos que respeitam à defesa e prosperidade das Províncias Ultramarinas.

Horas longas de intensa vibração patriótica que pareceram breves a todos os presentes ás reflexões dêsse convívio com o Chefe Legítimo da Nação que pelo seu espírito culto, firme vontade e perfeita nobreza moral, ali se revelou sem alarde *o Rei*, o Rei que a Portugal tem faltado, o Rei de que Portugal está carecido, há quási vinte e quatro anos.

Quando se esgotarem todos os expedientes, todos os possibilismos republicanos, e vamos ràpidamente a caminho dêsse fim, uma Esperança de salvação pública existe, vive e se aproxima — a da Realeza, com as virtudes essenciais da unidade, da fôrça e da continuidade e que, pela sucessão hereditária do Poder Supremo, a si própria indefinidamente sobrevive.

Mas El-Rei Dom Duarte II é mais do que uma esperança, é a certeza de uma grande inteligência, de uma alma inteiramente votada ao serviço da Nação.

Possam os Portugueses que o reconhecem Rei de direito e todos os bons Portugueses aclamá-lo em breve também Rei de facto, por bem da Nação e para o resgate definitivo de Portugal.

O POMBAL DA ROTUNDA

Com êste título, foi publicada no semanário *Fradique*, de 15 do corrente, a seguinte carta:

Meu prezado camarada:

Determina-me a mandar ao *Fradique* estas linhas um dever comigo mesmo contraído, desde que há vinte anos, com outros rapazes, artistas, poetas e escritores de todas as tendências, me associei ao protesto público que se seguiu á decisão da juri do concurso para o monumento ao Marquês de Pombal, nessas semanas em que se alevantaram acima de todas, as vozes de Antonio Arroio, Guerra Junqueiro e outros ilustres portugueses.

Mais tarde, quando da adjudicação definitiva, ao fim de complicados incidentes burocráticos, novamente declarei num jornal que á minha geração pertencia o encargo de evitar que esse projecto fôsse erguido ou o dever de o demolir, se algum dia chegasse a termo de realisação.

Por isso, não venho de súbito atirar pedras ao monumento: em nome da coerência, compete-me advogar, embora sozinho, o dever de lhe tirar as pedras, uma a uma, até á base, para libertar o

bronze das formas inglorias a que ali o sujeitaram.

Na hora em que um novo infortúnio vai cair sobre esta cidade, escrevo-lho dolorosamente constrangido, não para apresentar uma dissertação, mas para formular alguns reparos com que posso, mas não desejo, agravar o amor-proprio dos autores e colaboradores do monumento. Os que conheço, quero, neste caso, considera-los como inexistentes, certo como estou de que, se esta fôsse a sua gloria ou mérito mais assinalado, eles teriam iludido o destino que os fez artistas.

Os seus trabalhos foram pagos com o dinheiro da Nação; deve-lhes agora o publico o sereno juizo do seu labor, por certo honrado, mas evidentemente errado e infeliz.

É possivel que o Marquês mereça aquele monumento e que ele seja, como por aí corre de boca em boca, a justa vingança dos jesuitas; mas a cidade de Lisboa não merece seguramente semelhante desdouro plástico que já está na Rotunda a toldar o sol e estorvar o trânsito.

Na segunda praça da cidade, o maior dos seus monumentos ficará sendo uma combinação de insignes feldades, o testemunho permanente de mal inspirada concepção, quasi de infantil capricho.

Neste caso triste, hoje como em 1914, não discuto a iniquidade da consagração, em tais termos, de uma figura que geralmente se considera uma expressão divisora do pensamento histórico e do sentimento publico em Portugal. Não são os artistas os culpados da preferencia que foi dada ao Marquês entre tantos vultos de incontestada significação nacional, como o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, João Pinto Ribeiro, Gualdim Pais, Nun'Alvares ou Mousinho de Albuquerque.

Essa preterição apenas prova que a estátua trás origem mais profunda e tenebrosa do que a de uns caboucos que tivessem quarenta metros de profundidade...

Neste momento é oportuno avaliar e julgar apenas a versão plástica da gloria cívica atribuida ao ministro de D. José.

E ao primeiro relance de olhos, depara-se-nos um conjunto sem proporção a que falta homogeneidade nos componentes e no estilo, uma redundancia sem valor sintético que eleval-o pudesse á categoria de simbolo glorificador; e vamos vendo depois sucessivas aposições de fragmentos, como se de varias proveniências se acumulassem figuras e grupos, conseguindo-se um aglomerado pela incapacidade de compor e formar um organismo, de obter a necessária unidade.

Pretendeu-se fazer ali, na verdade, a narrativa plastificada e escrita dos factos mais notaveis do *reinado* do Marquês, desde o terramoto de 1755 até ao esfôrço do operário a soprar numa bexiga que temos esperança de ainda vir a ser garrafa na Marinha Grande.

Arbitrária e enigmática a associação de um leão deformado por elefantíase, a uma figura humana mal plantada, sem respeito

de proporções nem de anatomia, peso compacto que esmaga toda a massa da construção, grupo desditoso que, para se consolar, meditará na secreta aspiração de vir um dia a fundir-se em centauro...

Preferivel seria que o Marquês, novo Hércules, de casaca e cabeleira, ali se apresentasse a matar intrepidamente, ás bastonadas, a hidra da reacção.

Não furtando os olhos a uma junta de bois hidrópicos e á melher extática que pela soga os devia guiar, temos de considerar o navio mercante a emergir por metade das entranhas do monumento, já com a republica no arejo da vante, destinado a singrar no ceu ou na terra, por não caber no recipiente de agua doce que lhe destinaram e onde tomam escasso banho de *tub* os cavalos e a comparsaria mitológica que entrou no drama do terramoto.

Depois, a figura alegórica de Lisboa ergue a camisa com decisão, como Frineia, desesperada de não poder lava-a na mesma agua e batel-a merecidamente no proprio escudo que tem aos pés.

Na parte posterior, senta-se de costas para um templo grego uma figuração alcunhada de Minerva, não grega nem helénica, mas com ascendencia egipcio-assíria, que empunha uma lança e sustentará uma vitória. Assim se traduzem plàsticamente, neste ano da graça, os Estatutos que o Marquês levou à Universidade. Na cornija uma legenda latina elucida o investigador, mas, apesar disso, nós, os que por lá andámos, recusamo-nos a crer na transcendência do simbolo.

E porque o meu intento não é analisar os pormenores, medalhões, legendas, trofeus e a restante zoologia de mamíferos e aves que lá se podem vêr, resta-me lastimar de novo a preocupação de expôr em vez de exprimir, de narrar em lugar de simbolizar com alegorias concordantes e tão próprias do estilo e da feição mental da época.

Na história descritiva do Marquês, temos então de notar a ausência do suplício de João Baptista Pelle, com os membros decepados, amarrado a dois cavalos que o dilaceravam a correr pelo areal da Junqueira; falta a execução dos Tavoras e o incendio da Trafaria, não esquecendo o martírio do padre Malagrida, crueldades de magnitude neroniana, capazes de inflamar a inspiração de um artista de génio. Ao vêr aquele dispendio inutil de esforços e de dinheiro, manda a justiça reconhecer que em tal praça, com massas arquitectónicas que vão de grades de jardinetos em praia barata, até prédios de rendimento com cinco andares, de cocheiras e mirantículos de folha de ferro, atirando para moiriscos, até um fundo de terras que oscila entre lago e bosque — nenhum outro objecto lograria vingar majestosamente, porque a vulgaridade, o desconcerto e a penúria circundante malograriam toda a realização, por muito bela que fôsse.

Mas o que está não devia ali permanecer, se existisse um Poder Publico atento às exigencias

de ressurgimento no aspecto educativo, se uma Camara pudesse ter a liberdade e o desassombro de não aceitar, em nome da cidade de Lisboa, uma dádiva que a empobrece e a deslustra.

Por mim que nada posso, limito-me a renovar o protesto da minha mocidade, sentindo vivamente que, pela satisfação própria de ver confirmado um juizo distante, tenha de considerar o monumento ainda mais condenável do que se me representou no projecto da *maquette* do concurso.

Ao fazer este ligeiro depoimento, em que não posso louvar o trabalho alheio, tenho pena dos artistas como homens, e sinto tristeza pela cidade de Lisboa, ao receber um monumento que só poderá ser admirado pela gente ignara, sem que de tantos e tão longos esforços resulte para as gerações de hoje e do futuro uma expressão de grandeza e de beleza urbana em que possam recrear-se os olhos, contentar-se o gosto e elevar-se o espírito.

Com os meus agradecimentos, creia-me com velha estima,

Seu camarada e amigo

HIPÓLITO RAPOSO

INTEGRALISMO LUSITANO

Com o presente fascículo, completam-se dois volumes desta revista, distribuidos no espaço de dois anos em que julgamos ter cumprido inteiramente a tarefa que nos propusemos.

Mas somos forçados a interromper aqui esta publicação, até que em melhores dias nos seja possivel continuá-la, com o mesmo carácter e orientação idêntica.

Obra da dedicação política e pessoal de poucos portugueses, não chegou ela a servir com amplitude correspondente aos nossos esforços, o espírito dos monárquicos e dos estudantes a quem principalmente era destinada.

Pela maior parte, cremos, os escolares de hoje desconhecem as preocupações inteleetuais verdadeiras, ou limitam-nas á leitura de novelas eróticas e policiais, o que é ainda pior,

Talvez não sejam êles os culpados maiores, pois muito póde atribuir-se a este signo sombrio em que o Poder Público converteu em objecto de comércio uma realidade sagrada que sempre havia permanecido inacessível á corrupção de governos e regimes — a inteligência da juventude.

Pelo que respeita aos monárquicos, a aliciação por meio dos beneficios materiais concedidos ou esperados do Tesouro, disfarça-se nas desculpas do *mal menor*, do *que vier é pior*, trocando-se a fidelidade do direito pelo facto, a razão política pelo interêsse privado, o que deve ser pelo que é, o futuro definitivo pelo presente incerto, precário e caduco.

Homens, ideias, factos e símbolos da República já não provocam repulsa a monárquicos de responsabilidades políticas, morais e doutrinárias que gostosamente vão abandonando princípios, posições e deveres, pelos quais lutaram sem vencer, só

porque agora lhes permitem vencer sem lutar...

Hora sinistra, a dêste ressurgimento fiscal, em que o espírito se rende á pecúnia contra a razão; em que o Estado tem lucros na administração do ensino público e se orgulha de ser usurário da Nação; em que a justiça dos tribunais e do govêrno continua a atemorizar os que a ela teríam de recorrer; e em que um magote de professores de direito, subvertendo as normas que ontem defendiam, subitamente negam os princípios por êles próprios formulados, enquanto oferecem aos portugueses com independência para os julgar, um dos mais tristes exemplos de abdicação mental que em nossa terra foram vistos.

Os integralistas da primeira hora, reconhecendo ainda a necessidade da doutrinação monárquica que por tantos já vai sendo aproveitada para consolidar ou manter o êrro da República — aqui se apresentaram a honrar as responsabilidades contraídas há vinte anos, afirmando intrépidamente a verdade política, levantando uma bandeira que tem atravessado vendavais agrestes e em que há tarjas de luto e de sangue, mas que não póde transformar-se em saco para receber o preço remunerador das deserções.

Quando pudermos e devermos, como agora devemos sem poder, no mesmo posto nos verão os que desertaram ou vão desertar para a República, e nêle nos encontrarão aqueles que, por honra da inteligência e da própria dignidade, tem afirmado as suas convicções contra os seus interêsses, servindo por elas o Rei e a Nação.

Dêsses, queremos distinguir com o nosso reconhecimento os que nos auxiliaram com assídua ou eventual colaboração, o administrador, o editor, os assinantes, leitores, e até os compositores e o chefe que com zelo profissional exemplar, tornaram o corpo da revista sempre digno da alma que nela viveu e desassombradamente falou.

Pela sua afectuosa solidariedade, aqui deixamos a todos êsses cooperadores o testemunho do nosso reconhecimento com a nossa constante e cada vez mais justificada esperança de vermos restaurado Portugal pelo Rei e pela Monarquia.